

A paz nos trilhos do modelo angolano

A POSSIBILIDADE do estabelecimento de um Governo de gestão em Moçambique foi aberta na sequência do acordo de princípios alcançado em Roma entre a Renamo e uma delegação do Executivo de Maputo.

Na opinião de juristas contactados pelo EXPRESSO na capital moçambicana, o compromisso assumido pelo Governo, a semana passada, de «não adoptar leis ou medidas e a não aplicar leis vigentes» consideradas contrárias ao protocolo de paz com a Renamo cria as condições para a instauração de um «Governo de gestão», no período entre o cessar-fogo e a realização das eleições pluripartidárias em Moçambique. As autoridades de Maputo reafirmam que a eventual formação de um Executivo de coligação com a Renamo nunca foi colocada na mesa das negociações, mas o facto é que a fórmula acordada em Roma limita drasticamente os poderes do Governo da Frelimo, que permanecerá no poder até as eleições.

Fontes governamentais salientam que o compromisso da Renamo em «conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes», após o cessar-fogo, constitui o reconhecimento formal de Maputo e do Estado controlado pela Frelimo. Esta era uma das condições «sine qua non» impostas por Maputo para prosseguir com as negociações de Roma e uma das causas principais do bloqueio verificado desde Junho.

Diplomatas contactados pelo EXPRESSO consideram que Maputo deu demasiada importância a esta questão do reconhecimento formal, relativamente secundária, dado que a legitimidade do Estado moçambicano é reconhecida por toda a comunidade internacional. Esta atitude deu momentaneamente ao Governo de Maputo uma imagem de intransigência que era habitualmente atribuída à Renamo.

A paz é o que importa

O acordo assinado a 18 de Outubro em Roma provocou

reações negativas em Maputo, onde alguns sectores argumentam que o compromisso sobre matéria legislativa assinado por uma delegação do Governo está «ferido de inconstitucionalidade» porque invade a esfera de competência da Assembleia da República.

Um parlamentar moçambicano declarou que o protocolo de Roma «é correcto no seu conteúdo, mas infeliz nos seus aspectos formais» e que o Parlamento deveria ter sido consultado antes da assinatura do protocolo. «É escusado sobrevalorizar aspectos legalistas quando toda a gente sabe que o Governo é da Frelimo e o Parlamento também», observou o deputado, acrescentando não haver «processo negocial sem cedências. Afinal, o que queremos é que seja alcançada a paz».

Contudo, numa comparação entre os processos de paz angolano e moçambicano, a Frelimo aparece em nítida desvantagem em relação ao MPLA, uma vez que os acordos de Bicesse não impuseram limitações legislativas ao Governo e Luanda, apesar dos esforços da UNITA para transferir para a CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar) a iniciativa política durante o período de transição entre o cessar-fogo e as eleições.

O ponto 3 do protocolo de Roma cria em termos práticos uma «Jamba moçambicana», já que o Governo se compromete a não «obstaculizar as deslocações internacionais e os contactos da Renamo no exterior», nem os contactos entre a Renamo e os mediadores no interior do país, que carecem, porém, da autorização de Maputo.

Nos últimos meses, a Renamo, apoiada discretamente por várias embaixadas ocidentais em Maputo, tinham acusado o Governo de ter bombardeado sistematicamente as bases principais da guerrilha durante as fases cruciais do processo de negociações. O Governo rejeitava estas acusações invocando o seu direito de soberania sobre a

totalidade do território moçambicano.

Alguns protestaram contra «limitação de soberania», incluída no protocolo de Roma, mas a maioria considera «irrealista falar de soberania num país totalmente dependente dos programas do FMI e da ajuda alimentar internacional».

O Presidente Chissano respondeu indirectamente a estas críticas quando afirmou esta semana que o protocolo assinado não significa «nenhuma capitulação» por parte do Governo.

Para o cidadão comum pouco interessam os formalismos legais e a assinatura do acordo é vista como uma prova de que se estão a «explorar todos os caminhos que vão dar à paz em Roma».

O modelo angolano

É com «prudente expectativa» que Maputo aguarda os resultados das negociações que prosseguem agora em Roma sobre a agenda dos temas políticos. Fontes próximas das negociações disseram ao EXPRESSO, em Maputo, que o Governo está disposto a dar provas da maior flexibilidade quanto à revisão da lei dos partidos e à elaboração da lei eleitoral, admitindo-se a criação de um mecanismo de consultas paralelas com a Renamo.

O número de proponentes necessários para pedir a legalização de um partido — 100 no texto em vigor — poderá ser reduzido e autorizada a criação de partidos de base regional ou étnica. O registo poderá passar a ser feito junto do Tribunal Supremo e não no Ministério da Justiça, como estipula a lei actual, ou no Conselho de Segurança da ONU, como pretendia a Renamo. A lei eleitoral poderá implantar o sistema proporcional em vez do sistema maioritário, consagrado na Constituição, e o Presidente Chissano admitiu a eventualidade de alterar a lei fundamental.

A agenda acordada no final de Maio e que poderá agora ser retomada inclui também os aspectos militares relacionados com o cessar-fogo e a formação do exército nacional único e a questão das garantias internas e internacionais, nomeadamente a criação de uma comissão conjunta político-militar e a escolha das entidades internacionais encarregadas de fiscalizar o processo sob os auspícios da ONU.

Continua a aguardar melhor

EXPRESSO, SÁBADO 26 DE OUTUBRO DE 1991

oportunidade a possibilidade de uma «cimeira» entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, gorada recentemente em Malta. O Presidente moçambicano reafirmou esta semana que tal encontro só se realizará quando for possível «ir lá e, depois, poder dizer que teremos a paz em determinado dia. Se não, tal encontro não faz sentido».

Fernando Lima
em Maputo